

GUERRA: NO MEIO DO POVO OU SIMPLEMENTE IRREGULAR?

WAR: AMONGST THE PEOPLE OR JUST IRREGULAR?

MARCELO OLIVEIRA LOPES SERRANO¹

RESUMO

O artigo analisa o conceito de Guerra no Meio do Povo, proposto pelo general Rupert Smith em seu livro "A Utilidade da Força: A Arte da Guerra no Mundo Moderno". A Guerra no Meio do Povo seria o novo paradigma da guerra, que teria substituído o anterior, a Guerra Industrial entre Estados. As ideias do Gen Smith terão sua coerência lógica e histórica analisadas em três etapas. Primeiramente, aborda-se o que é considerado como a característica básica do novo paradigma: o mundo marcado por confrontos e conflitos e não mais pela dicotomia guerra e paz do paradigma anterior. Posteriormente, analisa-se a Guerra Industrial entre Estados, a fim de verificar sua coerência como paradigma anterior. Por fim, constituindo o cerne do trabalho, a própria ideia de Guerra no Meio do Povo é analisada, por intermédio de suas seis tendências. O artigo conclui que a guerra, caracterizada pela complexidade dos inúmeros e variáveis contextos nos quais é travada, não pode ser contida em um paradigma. E acrescenta a necessidade de as instituições voltadas à defesa nacional, incluindo o Exército Brasileiro, desenvolverem uma escola de pensamento de defesa eminentemente brasileira, de modo a não mais nos movermos ao sabor de ideias e conceitos elaborados para necessidades que não são as nossas.

Palavras-chave: Guerra Irregular. Guerra no Meio do Povo. Doutrina Militar. Natureza da Guerra. História Militar.

ABSTRACT

The article analyzes the concept of "War Amongst the People" proposed by General Rupert Smith in his book "The Utility of Force: The Art of War in the Modern World". "War Amongst the People" would be the new paradigm of war, which would have replaced the previous one, the Interstate Industrial War. The ideas of General Smith will have its logical and historical coherence analyzed in three steps. First, it addresses to what is considered as the basic feature of the new paradigm: a world marked by confrontations and conflicts, no longer by the dichotomy of war and peace of the previous paradigm. Subsequently, the Interstate Industrial War is analyzed in order to verify its consistency as the previous paradigm. Finally, as the core of the work, the very idea of War Amongst the People, is analyzed through its six trends. The article concludes that war, characterized by the complexity of the numerous and variable contexts in which it is fought, cannot be contained in a paradigm. It adds the need for institutions dedicated to national defense, including the Brazilian Army, to develop a thinking of defense school, eminently Brazilian, in order not to make us move adrift in ideas and concepts elaborated for needs that are not ours.

Keywords: Irregular Warfare. War Amongst the People. Military Doctrine. Nature of War. Military History.

¹ Este artigo expande e complementa o tema tratado em "A guerra é filha única", publicado na CMM, v. 7, n. 28 (2013).

² Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) - Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

E-mail: <serrano572@hotmail.com>

Doutor em Ciências Militares (ECEME).

I INTRODUÇÃO

Este artigo tem como pano de fundo a noção de que a guerra teria assumido uma nova natureza, distinta da tradicionalmente conhecida. Seu escopo é analisar o conceito de Guerra no Meio do Povo (GMP), proposto pelo general inglês Rupert Smith em seu livro "A Utilidade da Força: a Arte da Guerra no Mundo Moderno". Embora o general não fale de nova natureza, mas de novo paradigma, seu pensamento está nitidamente associado à corrente de pensamento que defende aquela ideia.

"Já não existem guerras", com essa frase general Smith inicia o seu livro. A Guerra no Meio do Povo seria o novo paradigma, que teria substituído o anterior: a Guerra Industrial entre Estados (GIE). Nesse novo paradigma, os conflitos não se desenvolveriam mais de modo linear – paz, crise, guerra, resolução, paz – sendo, em vez disso, ditados pela dinâmica de permanente confronto e conflito, não mais pela dicotomia guerra e paz.

Deve-se encarar com cautela a tendência de ver nos conflitos armados da atualidade o surgimento de uma nova natureza da guerra, em vez de reconhecê-los simplesmente como manifestação subjetiva de sua natureza, conforme teorizado por Clausewitz. A guerra, como fenômeno político, econômico, militar e social, tem se apresentado como uma constante ao longo da história. O que seria tão marcadamente distinto nos conflitos atuais a ponto de caracterizar esta mudança?

Buscaremos respaldo na história para responder a essa pergunta. Se a GMP representa um novo paradigma, suas características devem ser, ao menos em sua maioria ou essencialidade, inéditas, sem precedentes históricos. Além dessa perspectiva histórica, as ideias em torno da GMP serão analisadas em sua coerência lógica.

A resposta será buscada em quatro partes. Inicialmente, verificar-se-á a questão da dinâmica de confronto e conflito em oposição à dicotomia guerra e paz. A seguir, será analisada a ideia de GIE, segundo a conotação dada pelo general. Em seguida, constituindo o cerne do trabalho, será dissecado o conceito de GMP, por meio da análise de suas tendências. Por fim, uma conclusão consolidará as ideias levantadas.

2 CONFRONTOS E CONFLITOS

A Guerra no Meio do Povo, caracterizada por um mundo de confrontos e conflitos, teria emergido após a 2ª Guerra Mundial (II GM). Nela, a sequência paz-crise-guerra-resolução-paz, prevalecente no paradigma anterior, na qual o fator decisivo seria a aplicação da força militar, teria deixado de vigorar. No novo paradigma não haveria uma sequência pré-definida, “mas um entrecruzar contínuo entre confronto e conflito” no qual a paz não constituiria necessariamente o ponto de partida ou de término. Embora os conflitos possam vir a ser resolvidos, o mesmo não aconteceria necessariamente com os confrontos (SMITH, 2008, p. 223).

Para o general Smith, os confrontos objetivariam influenciar o oponente, mudar suas intenções e estabelecer condições visando, acima de tudo, a vencer o choque de vontades. Nos conflitos, o objetivo seria atingir um resultado decisivo através da aplicação direta da força militar (SMITH, 2008, p. 224).

O argumento de que a dinâmica de confronto e conflito substituiu a realidade de guerra e paz vigente antes da II GM, não se sustenta diante da história.

O mundo de confrontos é uma realidade perene que resulta do fato de a política internacional ser marcada pela luta pelo poder. Nações com interesses conflitantes buscam permanentemente alterar ou manter o status quo entre elas, de modo a inclinar, ou a manter inclinada, a balança de poder em seu benefício (MORGENTHAU, 1985, p. 67-68). Referindo-se às guerras que ele chama de momentosas, como as do Peloponeso, dos Cem Anos, dos Trinta Anos entre outras, Philip Bobbitt afirma que muitas guerras são classificadas como um único evento porque,

apesar de períodos com frequência longos sem a ocorrência de conflitos armados, as várias campanhas da guerra nunca chegam a solucionar de modo decisivo os problemas, que tornam a manifestar-se sob a forma de embates armados”, exatamente o que o general chama de confrontos e conflitos. (BOBBITT, 2003, p. 19)

Os confrontos e os conflitos nunca estiveram ausentes na história. Roma e Cartago confrontaram-se por um longo período, marcado por três guerras. Cristãos e muçulmanos enfrentaram-se na multicentenária luta pela Reconquista da Península Ibérica. Espanhóis e portugueses travaram o confronto, herdado por Brasil e Argentina, pelo controle do estuário do Rio da Prata. Nestes exemplos, os confrontos, subjacentes em tempos de paz, não deixaram de ser marcados por negociações e esforços diplomáticos para influenciar e alterar as intenções dos oponentes. Foram também marcados por vários conflitos nos quais se buscou o resultado decisivo por meio da força militar. Exatamente em conformidade com a dinâmica que o general considera específica da GMP.

A afirmação de que na GMP não haveria uma sequência pré-definida, mas um entrecruzar de confronto e conflito, também não é exclusividade do paradigma. Não se pode dizer que o confronto fronteiriço entre o Império Romano e as tribos germânicas, marcado por inúmeros conflitos, tenha se desenvolvido linearmente. O mesmo se pode dizer da luta pela expulsão dos holandeses do Brasil. Mesmo a vitória decisiva em um conflito não é garantia de que os interesses conflitantes serão acomodados. Frequentemente, o espírito belicoso e inconformista, quer do vitorioso quer do derrotado, se dispõe a manter vivo o confronto, rejeitando uma paz autêntica. A frase “*Delenda est Carthago*”,³ com a qual Catão encerrava os seus discursos perante o senado romano e o espírito de revanche que animou a França após a derrota de 1870 exemplificam essa realidade.

A suposição de que a paz não mais suceda a guerra no novo paradigma e que os confrontos não tenham necessariamente solução também não é convincente. A luta do Vietnã pela sua independência e unificação encerrou-se com a paz na Conferência de Genebra em 1954, que pôs fim à guerra com a França, e com os Acordos de Paris em 1973 que encerraram a guerra com os EUA. O confronto árabe-israelense, embora prossiga sem solução definitiva à vista, não deixou de apresentar, em algumas de suas múltiplas facetas, a sequência paz-crise-guerra-resolução. O general Smith caracteriza a Guerra do Yom Kippur como GMP (SMITH, 2006), no entanto, ela levou aos acordos de paz de Camp David que selaram a paz entre Egito e Israel em 1978.

A solução contemporânea de vários outros confrontos/conflitos enfraquece ainda mais o argumento do general. A longa guerra civil em Angola foi resolvida após a morte de Jonas Savimbi em 2002. As guerrilhas na Nicarágua e El Salvador foram pacificadas em 1990 e 1992, respectivamente. O movimento separatista no Sri Lanka encerrou-se, após um confronto de vinte e seis anos, em 2009. A centenária luta pela independência da Irlanda do Norte encerrou-se efetivamente em 2005, quando o Exército Republicano Irlandês renunciou à violência (UPPSALA UNIVERSITET, [2013]).

Sob dois aspectos, os fatos corroboram a ideia de continuidade dos confrontos. As guerras atuais são majoritariamente irregulares, por sua própria natureza de longa duração. Por outro lado, Edward Luttwak salientou que muitas delas transformam-se em conflitos endêmicos porque os efeitos transformativos da vitória ou da exaustão mútua são bloqueados por intervenções internacionais. Luttwak ressalta a verdade incômoda de que a guerra, embora um grande mal, possui a virtude de solucionar conflitos políticos e restabelecer a paz. Isso acontece quando os beligerantes chegam à exaustão ou quando um deles vence decisivamente. Armistícios impostos, a menos que selados por acordos de paz, congelam artificialmente os conflitos e perpetuam o confronto indefinidamente, pois protegem o lado mais fraco das consequências de se

³ Tradução livre: *Cartago deve ser destruída.*

recusar a fazer concessões pela paz. “A paz se consolida apenas quando a guerra termina verdadeiramente” (LUTTWAK, 1999).

Não se pode, entretanto, generalizar os efeitos do bloqueio internacional da guerra, já que o Conselho de Segurança da ONU atua de acordo com os interesses políticos de seus membros. Muitos conflitos ficam fora do guarda-chuva das operações de paz, como a atual guerra civil na Síria.

Na realidade, a distinção entre guerra/paz e confronto/conflito não é evidente. Parece mais um artifício criado para melhor sustentar uma ideia. Afinal, conflito, desde que envolva o emprego de violência com fins políticos, conforme a definição clássica de Clausewitz, nada mais é do que guerra. Confronto é uma situação marcada por interesses conflitantes, que pode perfeitamente persistir na paz, como bem demonstra a reivindicação argentina de soberania sobre as Ilhas Malvinas. Em vista disso, não há nada que distinga a dinâmica de confronto e conflito das duas Intifadas palestinas, intercaladas por dez anos de paz informal, e a paz formal, assombrada pela perspectiva de nova guerra, que se seguiu ao Tratado de Versalhes e que, no dizer de J.C. Fuller (2002), não passou de um armistício entre as duas guerras mundiais.

3 GUERRA INDUSTRIAL ENTRE ESTADOS

Para melhor analisar a GMP, convém antes analisar a ideia que a sustenta. A GIE, como paradigma antigo que teria deixado de vigor, é a ideia-base do pensamento do general Smith. A GIE teria tido sua origem no século XIX, sendo as guerras napoleônicas o ponto de partida e as guerras da Secessão, da unificação alemã e as duas guerras mundiais, as que conformaram o paradigma (SMITH, 2008, p. 51).

O general descreve as GIE de modo impreciso e, algumas vezes, contraditório. Ele trata delas em três capítulos, mas não as define claramente. Seu raciocínio incide em três erros principais.

Primeiramente, o general comete a falácia de particularizar o que é geral. Segundo ele,

no que eu chamo de ‘guerra industrial’, você tenta vencer o teste de força e, por este meio, quebrar a vontade do seu oponente, para finalmente ditar o resultado, o objetivo político que você deseja alcançar. (SMITH, 2006, p. 719)

A mesma ideia é enfatizada várias vezes no seu livro. Ao tratar da Guerra da Secessão, considerada a primeira GIE verdadeira, ele afirma que ela foi travada para defender uma visão política pela força, e foi vencida impondo ao inimigo uma derrota decisiva e brutal (SMITH, 2008, p. 112). Roma venceu o teste de força

contra Cartago, quebrou a vontade cartaginesa e impôs-lhe seus objetivos políticos de forma decisiva e brutal. Logo, estando correto o pensamento do general, deve-se concluir que havia GIE na Antiguidade, ou seja, antes da indústria. Essa ideia é absurda, e o próprio general a refuta quando afirma que os elementos cruciais da GIE são os estados e a indústria (SMITH, 2008, p. 51). Essas características citadas como próprias da GIE são, na realidade, comuns a uma enorme variedade de guerras, em todas as épocas.

Em segundo lugar, o general faz uso de raciocínio indutivo, que o leva a cometer erro inverso ao anterior – generalizar o particular. Ele toma o exemplo de algumas guerras e, num salto indutivo, considera que suas características particulares aplicam-se a todas as GIE, ou seja, todas as guerras que precederam o atual paradigma.

Por considerar as guerras mundiais como a culminação do paradigma, o general atribui às GIE o caráter total, específico daquelas guerras. Segundo ele, a GIE dependeria do acesso constante a todos os recursos do estado. A vitória decisiva estaria ligada à destruição completa das forças inimigas e à sua rendição incondicional. Mas, o que mais nitidamente caracteriza as GIE como totais é a afirmação de que

toda a sociedade e o estado estavam subjogados à causa. Todo o aparelho do estado se encontrava centrado neste empreendimento, enquanto a sociedade e a economia paravam completamente o seu fluxo e produtividade naturais e eram aglutinados à causa. (SMITH, 2008, p. 339)

O projeto *Correlates of War*⁴ lista setenta e uma guerras interestatais entre 1870 e 1945, aproximadamente, a duração do paradigma. Muitas dessas guerras, senão a maioria, não se enquadram como totais.

Para Morgenthau, a guerra torna-se total em função de quatro aspectos: a parcela da população identificada emocionalmente com a guerra; a parcela efetivamente envolvida na guerra; a parcela afetada diretamente pela guerra e o objetivo perseguido pela guerra. Quando esses aspectos atingem elevada intensidade, todas as forças produtivas da nação orientam-se para os propósitos da guerra (MORGENTHAU, 1985, p. 392-397). Colin Gray (2005, p. 137) acrescenta o efeito motivador exercido pela potencialização de ideologias rivais e afirma que, de ambos os lados, as guerras totais são travadas com o objetivo de mútua exterminação política e física.

A guerra russo-japonesa de 1904/05, apesar de sua grande envergadura, não foi total. Com exceção do envolvimento emocional da população com a guerra em virtude do nacionalismo vigente, particularmente da parte japonesa (LOEFLER, 1907, p. 268), nenhum dos outros aspectos que tornam a guerra total se fez presente. O objetivo de ambos os lados era limitado,

⁴ Banco de dados sobre guerras, disponível em: <<http://www.correlatesofwar.org/>>

o controle da Manchúria e de Porto Arthur. Apesar de as tropas russas terem sido derrotadas no teatro de operações, o Império Russo ainda dispunha de vastos recursos humanos e materiais que poderiam ser alocados à guerra, caso a importância atribuída ao objetivo justificasse novos sacrifícios. A paz que se seguiu foi negociada, não resultou de derrota decisiva ou rendição incondicional. As populações russa e japonesa não foram afetadas diretamente pela guerra. Nem tampouco, houve polarização ideológica e a necessidade de sobrevivência física e política que fizeram a Rússia recorrer a todos os seus recursos em 1812 e na II GM.

O caráter de não totalidade é ainda mais nítido na guerra ítalo-turca de 1911/12, devido à sua reduzida amplitude. A Itália enviou à guerra, a fim de conquistar a região da atual Líbia, cerca de cento e dez mil homens (BEEHLER, 1913, p. 96), uma pávida figura diante do efetivo de um milhão e meio que seu exército apresentou na I GM. Em razão do reduzido número, os efetivos empregados não precisaram da absorção de todas as forças produtivas da Itália a fim de serem mantidos em operações.

Por outro lado, as guerras do Chaco, entre Bolívia e Paraguai (1932/35), e a de 1941, entre Equador e Peru, seriam industriais, já que envolveram países não industrializados? Elas não se enquadram no paradigma, já que o poderio industrial é considerado um componente necessário do sucesso estratégico (SMITH, 2008, p. 121). Totais, também não foram. Além dos aspectos citados, Morgenthau sustenta que guerra total pressupõe mecanização total, e a guerra só pode ser total na medida em que a mecanização, ou industrialização, das nações oponentes seja total (MORGENTHAU, 1985, p. 408). Mesmo não totais, essas guerras só seriam industriais se o adjetivo “industrial” estivesse ligado ao processo industrializado de produção das armas e demais equipamentos, ainda que de origem estrangeira. Nesse caso, teríamos, necessariamente, de também considerar como industrial a guerra na Bósnia, considerada modelo de GMP, bem como todas as guerras travadas na atualidade, já que o renomado AK-47 e até o celular utilizado por guerrilheiros para detonar explosivos improvisados são produtos industriais.

Em terceiro lugar, o paradigma é insuficiente para explicar todas as guerras ocorridas sob sua vigência. Como enquadrar a Guerra de Canudos, do Contestado ou a Guerra Civil Espanhola como GIE? O projeto *Correlates of War* lista duzentas e uma guerras irregulares no período da GIE. Temos então a incoerência de três quartos das guerras ocorridas durante o paradigma da GIE não terem sido interestatais.⁵

Estes exemplos demonstram o equívoco, ou a imprecisão, de atribuir o caráter total, e mesmo industrial, às guerras entre estados.

⁵ O Projeto as classifica em: guerras intraestatais (no interior de um estado) e extraestatais (entre um Estado e uma entidade não estatal fora deste estado).

O general Smith criou um paradigma que não se aplica a mais de três quartos das guerras ocorridas em sua vigência. O paradigma fica assim descaracterizado como modelo explicativo para as guerras da época.

4 GUERRA NO MEIO DO POVO

O general Richard Dannatt, Chefe do Estado-Maior do Exército britânico, afirmou em 2008:

não concordo com Rupert Smith quando ele diz: “indubitavelmente”, ocorreu uma mudança de paradigma da guerra[...]”. Ao aceitar o que Rupert diz, nos arriscamos a responder sim ou não, mas a vida não é assim tão simples. (DANNATT, 2008)

Este ponto de vista da mais alta autoridade do Exército britânico nos induz a analisar criteriosamente a ideia de GMP, para não a aceitarmos de forma impensada, como se fosse uma revelação infalível sobre a guerra atual e futura. Deve-se também observar que, salvo algumas citações a Clausewitz e Sun Tzu, o general Smith não faz referência a outros estudiosos que fortaleçam sua linha de raciocínio e que justifiquem suas conclusões. Seu livro é eminentemente opinativo, e opiniões não são necessariamente verdadeiras.

O paradigma da GMP já fica prejudicado pela fragilidade do paradigma anterior, que lhe dá sustentação teórica. Sua definição básica como mundo de confrontos e conflitos também é imprecisa, por não se tratar de especificidade do paradigma, conforme visto. Contudo, cabe analisar a própria ideia de GMP, para verificar sua coerência conceitual e sua pertinência histórica, de modo que se possa concluir sobre sua validade, ou não, como novo paradigma. Para tanto, serão analisadas as características atribuídas à GMP.

4.1 Os Objetivos pelos quais se luta mudaram

Enquanto na GIE havia objetivos bastante nítidos, na GMP os fins para os quais se emprega a força seriam mais complexos e menos estratégicos. As forças não seriam mais empregadas para alcançar o objetivo político por meio da conquista de um objetivo militar estratégico, mas sim para estabelecer uma condição na qual o objetivo político possa ser alcançado por outros meios e modos (SMITH, 2008, p. 316). Essa ideia, enfatizada repetidas vezes, não é suficientemente clara. É necessário elucidar o que realmente significa “estabelecer uma condição”.

Há alguma diferença entre a condição a ser estabelecida e o objetivo estratégico do paradigma anterior? Se a condição permite alcançar o objetivo político, ela tem evidentemente valor estratégico, já que a estratégia constitui a articulação entre as operações e o objetivo político, fato com o qual o general obviamente concorda. A diferença, segundo ele, centra-se no

caráter militar do objetivo estratégico, já que “uma vitória estratégica decisiva foi a marca da GIE”, no novo paradigma, “este tipo de inimigo não era e não é suscetível de derrota estratégica através de meios militares”. Em consequência, as forças militares seriam empregadas subestrategicamente, já que os efeitos decorrentes de sua aplicação não contribuiriam, direta ou cumulativamente, para alcançar o objetivo estratégico⁶ (SMITH, 2008, p. 317-319).

Na GMP, os desenvolvimentos político e militar andariam lado a lado (SMITH, 2008, p.14). Essa ideia, associada à da insuficiência dos meios militares para a obtenção do objetivo político em guerras insurrecionais, não é nova. No início do século XX, a respeito das insurreições no Marrocos, o general Lyautey já dizia que “o país não pode ser controlado apenas com a força – o método racional, o único, o apropriado [...] é a constante interação da força com a política” (ASPREY, 1994, p. 156). No início da década de 1960, o general Beaufre, percebendo, tanto o ambiente de confrontação nuclear, como o das guerras revolucionárias da época, atribuía à estratégia o caráter total, ou seja, o emprego simultâneo de todas as expressões do poder nacional, em qualquer combinação, na solução dos conflitos. Segundo Beaufre,

a estratégia torna-se geralmente ininteligível, caso se limite ao domínio militar, porque um número demasiado de fatores lhe escapa. Mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, uma explicação puramente militar fica incompleta e, por isso, enganadora. (BEAUFRE, 1998, p. 150)

Benjamin Borgeson ressalta esta realidade. Segundo ele, a insuficiência da força militar para a vitória na GMP pode ser

um conceito novo para o público em geral e a massa dos jornalistas; mas, para os que se dedicam a estes assuntos, já é considerada como uma premissa básica da condução estratégica. (BORGESON, 2012)

Se a força militar é empregada para estabelecer uma condição na qual o objetivo político possa ser alcançado por outros meios, não há, realmente, nada que diferencie essa condição de um objetivo estratégico militar. Se, no quadro da estratégia total, essa condição/objetivo estratégico é insuficiente para atingir os fins políticos, ela, no entanto, é fundamental para viabilizar o emprego eficaz dos outros meios. Não faz sentido, então, a ideia de que a força militar tenha função subestratégica na GMP, nem que não contribua direta ou cumulativamente para o objetivo político.

Por outro lado, a concretização do objetivo político por meio da vitória militar não é peculiaridade da

GIE. Inúmeras revoluções e insurreições foram vitoriosas principalmente por meios militares, entre as quais se podem destacar a guerra civil chinesa e a revolução cubana.

Quando o general Smith diz que o tipo de inimigo na GMP não é suscetível de derrota estratégica por meios militares, ele associa esse inimigo ao guerrilheiro ou ao combatente irregular. No entanto, ele evita igualar a GMP à guerra irregular. Por intermédio da noção de que os objetivos da GMP teriam se transformado numa condição a ser estabelecida, ele pretende dar ao seu conceito uma amplitude maior do que a simples guerra irregular. Esse contorcionismo retórico prejudica, ainda mais, a coerência e a pertinência do conceito. A guerra da Coreia, no entender do general, teria sido uma GMP (SMITH, 2008, p. 253), uma vez que não foi encerrada por uma vitória militar decisiva, mas por uma condição que propiciou a solução política que pôs termo à guerra. Com isso, ele abarcou no seu conceito todas as guerras encerradas por negociações, o que nega a própria ideia de novo paradigma, já que a negociação diplomática para encerrar guerras é um fato histórico de todas as épocas.

O general Smith considera dois conceitos de Clausewitz cruciais para o entendimento da guerra: a guerra como função de uma tríade de tendências dominantes e a ideia de que o seu resultado é o produto do teste de força e do choque de vontades (SMITH, 2005).⁷

A GMP seria a antítese da GIE, segundo a interpretação dada a esse segundo conceito. Na GIE, o objetivo seria vencer o teste de força, o que conduziria à perda da vontade do inimigo de resistir. A GMP, sua antítese, permitiria aos militarmente fracos enfrentarem os fortes com vantagem. Nela, o emprego da força em ações táticas visaria, no nível estratégico, a vencer o choque de vontades, enfraquecer a capacidade de governar e moldar as intenções do povo (SMITH, 2008, p. 215). Ao definir essa antítese, o general Smith admite tacitamente que a GMP e a aplicação das táticas de guerrilha, próprias da guerra irregular, são a mesma coisa. Porém, tanto na GMP/irregular como na industrial/convenção emprega-se a violência para atingir os objetivos da política, conforme a definição de Clausewitz. Se ambas buscam a mesma coisa pelo mesmo meio, como então afirmar que uma seria a antítese da outra e não simplesmente formas diferentes de emprego da violência com fins políticos?

Essa ideia, expandida, passa a ser aplicada no lado da contrainsurreição. Ao enfatizar que o objetivo principal das forças contrainsurrecionais é influenciar as intenções do povo, ou seja, vencer o choque de vontades, o general reafirma que

trata-se de uma inversão da GIE, na qual o objetivo era vencer o teste de força e quebrar a vontade do inimigo. Na GMP, o objetivo estratégico é conquistar

⁶ A distinção que o general faz entre objetivo estratégico e político não é clara. Com relação à guerra no Iraque, ele afirma que o objetivo estratégico era a implantação da democracia, o que se parece mais com um objetivo político.

⁷ O general interpreta mal a tríade de Clausewitz. Ao dizer que as tendências formam os lados de um triângulo equilátero, ele atribui uma relação fixa e arbitrária entre elas, o que Clausewitz nega peremptoriamente.

a vontade do povo e dos líderes e vencer o teste de força. (SMITH, 2008, p. 324)

Segundo essa noção, o teste de força e o choque de vontades seriam fatores independentes, que poderiam ser tratados sucessivamente, um levando ao outro.

Clausewitz (1984, p. 77) não sustenta essa interpretação. Ele vê o choque de vontades e o teste de força como inseparáveis, pois estão intimamente imbricados um com o outro, já que seus efeitos nunca são isolados, mas influenciam-se mutuamente de inúmeras e variáveis formas.

A Rússia, em sua mencionada guerra contra o Japão, perdeu o choque de vontades antes de perder definitivamente o teste de força. Na guerra da Tríplice Aliança, o teste de força foi vencido quando o Exército Brasileiro entrou em Assunção, mas isso não bastou para vencer a vontade de Solano Lopez e do povo paraguaio. Em 1792, na batalha de Valmy, após mútuo e indeciso canhoneio, o exército prussiano perdeu o choque de vontades antes de efetivamente engajar-se no teste de forças e retraiu do campo de batalha desistindo de avançar até Paris, o que foi decisivo para o sucesso da Revolução Francesa. É improcedente, portanto, a concepção de antítese baseada na ideia de que teste de força e choque de vontades sejam fatores dissociados entre si.

Para o general Smith (2008, p. 324), a conquista da vontade do povo é um conceito claro e elementar, mas incompreendido pelas instituições políticas e militares. Em virtude de o objetivo do emprego da força ser vencer o choque de vontades, “decorre que todos os testes de força têm de ser vencidos de forma a que cada vitória complemente e apoie as medidas destinadas a vencer o choque de vontades”. Entretanto, ele não analisa a factibilidade de vencer o choque de vontades, de conquistar corações e mentes. Sendo claro e elementar, é um conceito fácil de enunciar, mas de difícil e, às vezes, impossível realização. A história não apresenta muitos casos de corações e mentes conquistados numa contrainsurreição, se é que indubitavelmente haja algum. Além disso, o objetivo político pode ser incompatível com a obtenção da simpatia da população. Na guerra pela independência dos EUA, a Inglaterra não poderia conquistar a vontade do povo norte-americano sem conceder-lhe direitos políticos e econômicos inaceitáveis pela metrópole. A França não poderia obter a simpatia dos argelinos mantendo-os em estado semicolonial. Por outro lado, a Inglaterra não teria contado com o apoio do povo malaio e vencido a guerrilha comunista sem a promessa de conceder a independência à Malásia.

Convém verificar se a conquista da vontade do povo, conforme entendida pelo general, é suficiente para produzir resultados estratégicos. A questão palestina oferece bons motivos de reflexão a esse propósito. Os movimentos que lutam pela criação do estado palestino, apesar de diferentes enfoques, contam com o apoio inequívoco da população. No entanto, esse apoio tem sido insuficiente para a causa palestina e para demover

Israel de seus objetivos na região.

Após estudar os escritos e as experiências de T. E. Lawrence e Mao Tse Tung, Borgeson (2012) concluiu que a guerra irregular não difere da regular no grau em que “as mais frenéticas vozes sugerem”. A destruição das forças inimigas também seria um componente crucial da guerra irregular.

Ele afirma que, por parte da guerrilha, “o conflito deve continuar até que o movimento [...] se transforme em exército revolucionário capaz de derrotar o exército regular em batalha” (BORGESON, 2012), o que corresponde exatamente à visão de Mao sobre a luta de guerrilha:

operações de guerrilha não devem ser consideradas como uma forma independente de guerra. [...] Somente unidades regulares buscando a destruição do inimigo na batalha convencional são capazes de produzir a decisão final. (TUNG, 1937)

Borgeson reconhece que a solução militar tradicional não é a única rota da guerrilha para a vitória. A outra, que monopoliza as atenções do general, é a exaustão política do inimigo. Mas, ele adverte que essa estratégia só se torna viável quando o objetivo em disputa for de importância secundária para o inimigo.

Embora estados possam [...] tolerar a derrota em interesses secundários ou terciários, quando interesses primários estão ameaçados, o estado não perderá a vontade de lutar e a estratégia da exaustão não servirá à guerrilha. (BORGESON, 2012)

Além do caso palestino, a derrota de inúmeras guerrilhas sul-americanas entre 1960 e 1980 demonstra essa determinação de luta dos estados.

Após essas considerações, percebe-se que o general Smith apresenta uma visão parcial e eurocêntrica da guerra. Ele tende a vê-la pelo ponto de vista da força internacional que se sobrepõe a uma guerra preexistente ou que nela intervém. Ele não percebe que, nessa guerra preexistente e em todas em que não há mandato internacional a cumprir, o objetivo pelo qual os adversários lutam continua a ser a vitória estratégica, como sempre.

4.2 O combate ocorre entre o povo

O general Smith afirma que esta tendência evidencia-se pelo fato de as operações serem conduzidas cada vez mais entre o povo.

O povo, nas cidades, nas vilas, nas ruas e em sua casa – todas as pessoas, em qualquer lugar – pode encontrar-se no campo de batalha. Os combates podem travar-se contra grupos de inimigos formados e reconhecíveis que se movimentam entre civis, contra inimigos disfarçados de civis e – com e sem intenção – contra civis. (SMITH, 2008, p. 325)

Deve-se reconhecer que essa situação é uma característica básica das guerras de guerrilha, percebida desde os primeiros estudos sobre esta forma de guerra e perfeitamente conhecida a partir de Mao Tse Tung. Contradizendo a opinião de que as guerrilhas não poderiam sobreviver durante muito tempo na presença de um exército, Mao profere sua famosa afirmação de que tal ponto de vista revela falta de compreensão sobre o relacionamento que deve existir entre povo e guerrilheiros: “o primeiro pode ser comparado à água e o segundo ao peixe que nela habita” (TUNG, 1937).

John Nagl (2005, p. 16), por sua vez, considera que as características essenciais da guerra de guerrilha – a tática de aplicar a fraqueza contra a força e o inteligente uso do terreno para acobertar a força de guerrilha – praticamente não mudaram desde os tempos dos romanos e dos persas.

Deve-se considerar o efeito do processo mundial de crescente urbanização. Nesta circunstância, é natural que as guerrilhas busquem as áreas urbanas como melhor terreno para se acobertarem e ao mesmo tempo manterem-se entre a população que, como Mao atestou, é o seu elemento natural.

A guerra de guerrilha sempre se deu entre o povo. O fato de o povo encontrar-se adensado em cidades não justifica a conclusão de que a GMP seria um novo paradigma. Este fato não passa da mera adaptação de uma realidade antiga ao contexto atual.

O general Smith afirma que, na GMP, os civis também podem ser alvo, tanto quanto as forças inimigas. Segundo o general, o povo teria se tornado um objetivo durante a II GM, quando as cidades da Europa e do Japão foram bombardeadas para modificar as intenções do povo pelo terror (SMITH, 2008, p. 325).

Esta percepção é equivocada. A prática de aterrorizar populações civis como forma de desestimular a resistência do inimigo foi bastante exercida desde a Antiguidade, quando populações inteiras foram escravizadas ou passadas a fio de espada. Mesmo nos tempos modernos, ações aterrorizadoras não deixaram de ocorrer.

Alguns historiadores modernos advogam que a *Vendeia*⁸ foi o primeiro genocídio entre povos europeus pós-iluminismo. Na segunda fase da guerra franco-prussiana, Moltke propôs a ‘*Exterminationskrieg*’ (guerra de extermínio), atacando a população civil. (VACCA; DAVIDSON, 2011)

De acordo com T. E. Lawrence (LAWRENCE, 1997 apud NAGL, 2005, p. 24), “a imprensa é a melhor arma do arsenal do comandante moderno”. Esta frase, proferida alguns anos após a I GM, mostra a influência da imprensa na guerra. Portanto, quando o general alega que o outro modo de o combate ocorrer entre o povo é

por meio da mídia, ele não está apontando um fenômeno inteiramente novo. É verdade que a mídia atual permite que os eventos sejam levados às casas e atinjam as pessoas em um grau sem precedentes, mas este é um fato novo por sua intensidade não por sua natureza.

4.3 Combate-se para preservar a força

Essa tendência se daria em virtude da aversão a baixas nos países democráticos, da dificuldade de substituição de pessoal após a eliminação da conscrição e ao elevado custo de reposição do sofisticado material dos exércitos modernos. Em que pese a verdade desses fatos, convém dar-lhes a gradação adequada.

Parece indubitável que, na medida em que cresça o valor do objetivo em disputa, crescerá também a disposição de lutar por ele. Os EUA que, com interesses apenas humanitários, abandonaram a Somália em 1992 após sofrerem algumas baixas, demonstraram outra disposição na chamada guerra global ao terror.

O general Smith, aludindo ao efeito que os *body bags* produzem nos planejadores militares, nos políticos e no público norte-americanos, vaticinou em 2005 que

um dos aspectos subentendidos da guerra dos EUA no Iraque é puramente aritmético: se aproximadamente três mil americanos morreram no onze de setembro, então serão aceitáveis até três mil baixas durante a guerra contra o terror, onde quer que ela aconteça. (SMITH, 2005)

O Departamento de Defesa dos EUA indica que, em início de setembro de 2013, já tinham morrido seis mil setecentos e cinquenta e seis norte-americanos nas guerras do Iraque e Afeganistão e o número de feridos elevava-se a cinquenta e um mil quatrocentos e oitenta (DEPARTMENT..., 2014). Fica claramente evidenciado o erro de interpretação do general. Diante da importância do objetivo, o governo, as forças armadas e o povo norte-americanos não preservaram suas forças como imaginado por ele. Borgeson reforça a mesma conclusão. Por ocasião da crise política nos EUA devido à deterioração das condições de segurança no Iraque em 2006, ele afirma que “em vez de retirar as tropas, o governo de George W. Bush conseguiu obter apoio para reforçá-las e expandir a campanha contrainsurrecional” (BORGESON, 2012).

A intensidade dos combates na atual guerra civil na Síria também demonstra que as forças não são preservadas quando o objetivo é importante. Convém ainda salientar que a maior parte dos exércitos do mundo, embora regulares, não dispõe do armamento de alta tecnologia dos países mais ricos e grande parte deles, pelo contrário, são pobremente armados. O elevado custo de reposição dos equipamentos não é, por conseguinte, uma restrição generalizada. Do mesmo modo, a valorização da vida humana não é uma preocupação igualmente compartilhada por todos os povos e culturas, o que também impede a generalização da tendência à preservação das forças.

⁸ Região da França onde ocorreu uma longa revolta contra a Revolução Francesa.

4.4 Os beligerantes são majoritariamente não estatais

“Tentamos travar os nossos confrontos e conflitos numa ou noutra forma de agrupamento multinacional [...] e contra beligerantes não estatais” (SMITH, 2008, p. 347). Com essa frase, o general mostra mais uma vez o enfoque parcial e eurocêntrico de sua visão da guerra. A formação de forças multinacionais sob a égide de organismo de segurança está longe de representar todas as guerras.

Por outro lado, não há nada de novo na afirmação a respeito do caráter não estatal da maioria dos beligerantes. John Nagl atesta que os conflitos de baixa intensidade têm sido mais comuns na história do que a guerra entre nações representadas por exércitos em um campo de batalha convencional (NAGL, 2005, p. 15). Conforme visto, o projeto *Correlates of War* demonstra que, no período da chamada guerra industrial, as guerras envolvendo combatentes não estatais foram três vezes mais numerosas do que as entre estados. Do fim da II GM até 2004, o projeto lista oitenta guerras interestatais e duzentas e oitenta nove irregulares. Vê-se que a proporção de três para um das guerras irregulares e entre estados permanece praticamente inalterada.

O fato de os beligerantes serem majoritariamente não estatais não é uma tendência da GMP, mas sim uma tendência da própria guerra em todas as épocas.

4.5 Os conflitos tendem a ser intemporais

Essa tendência já foi analisada no item que tratou dos confrontos e conflitos. Todavia, convém enfatizar que o caráter intemporal deve-se mais à própria característica das guerras irregulares, longas por natureza, e ao bloqueio internacional das guerras conforme expressado por Luttwak, do que propriamente a uma tendência específica da GMP.

4.6 Novas utilizações são dadas para as armas e organizações da guerra industrial

O general Smith defende a necessidade de reorganizar as forças permanentes a fim de refletir a mudança de paradigma. Os exércitos deveriam adaptar suas armas industriais e de alta tecnologia às novas circunstâncias da GMP. Segundo ele, a estrutura das forças armadas apresenta falhas básicas, dentre as quais a utilização dos sistemas de armas da GIE de modo para o qual não foram concebidos nem adquiridos (SMITH, 2008, p. 345). Convém analisar essa ideia sob dois enfoques.

Primeiramente, reconheça-se que, ao longo da história, exércitos têm sido armados, equipados e adestrados para o enfrentamento dos riscos mais graves, representados pelas ameaças de outros exércitos igualmente armados e equipados a serviço de estados inimigos. Baseia-se este procedimento na sensata

suposição de que quem se prepara para o pior, tem condições de enfrentar o *menos* pior. As legiões romanas eram armadas como infantaria pesada e possuíam pesados equipamentos de cerco, não obstante, foram seguidamente empregadas contra tropas irregulares nas inúmeras revoltas que eclodiram durante a longa história de Roma. Contra irregulares, as catapultas, onagros e aríetes, bem como as variadas manobras das quais as legiões eram capazes, tinham pouco uso. Para atender ao que o general sugere, haveria necessidade de os países possuírem dois exércitos, um regular e armado no estado da arte para o enfrentamento de ameaças convencionais e outro aligeirado e treinado especificamente para a guerra irregular. Essa opção, extremamente onerosa em pessoal e recursos, é um luxo que nem as nações mais ricas e desenvolvidas se permitem dispor.

Mas, principalmente, essa ideia advém da suposição de que não haverá mais guerras convencionais e, portanto, os gastos com armas sofisticadas e de alta tecnologia seriam, além de um desperdício, de pouca utilidade nas guerras irregulares e insurrecionais da atualidade. Entretanto, este ponto de vista não possui nenhum fundamento concreto, é puramente opinativo. Colin Gray (2005, p. 33) o caracteriza como inconsistente e baseado em nada mais do que o processo simplista de projetar precipitadamente, para o futuro, as tendências da atualidade.

Nenhuma instituição de defesa séria deve permitir que meras opiniões influenciem o desenvolvimento de sua capacitação para a defesa nacional. A esse respeito, convém observar o que disse o general Dannatt:

O Exército britânico não subscreve a visão de que as operações convencionais de larga envergadura sejam coisas do passado. Estou absolutamente certo de que, como exército, devemos cumprir nossa missão no âmbito da defesa nacional, tanto quanto prover segurança. A pessoa que olha dez anos no futuro e diz que sabe como será a situação estratégica, francamente, é um tolo [...] Defesa é tanto uma apólice de seguro como a capacidade de conduzir operações correntes – não jogamos fora o seguro de nossa casa somente porque as estatísticas indicam a diminuição da criminalidade na vizinhança. (DANNATT, 2008)

5 CONCLUSÃO

Para Colin Gray (2010), “não há nada de fundamental importância que seja genuinamente novo a respeito da guerra e da estratégia no século XXI”. O general Dannatt (2008) concorda: “não há um tipo novo de guerra, nós estamos num continuum, estamos neste continuum há muitas gerações”.

Leitores desatentos não percebem as incoerências do conceito de guerra no meio do povo

e os modernos exaltados atribuem mais importância às novidades do que ao rigor e à pertinência das ideias. Consequentemente, não se dão conta de que a guerra, na complexidade de seus inúmeros e variáveis contextos, não pode ser contida em um paradigma, nem tampouco compreendida unicamente por meio das guerras das grandes potências.

O general Rupert Smith esforçou-se para estruturar suas ideias numa teoria da guerra futura. Mas, o resultado inconvincente peca por falta de coerência histórica e lógica. Além dos artifícios criados para atribuir alcance mais amplo a suas ideias; o que ele buscou, realmente, foi fazer a conhecida guerra irregular assumir, por intermédio de um ilusionismo conceitual, a aparência de uma forma nova de guerra. No entanto, esta forma aparente, a GMP, permanece basicamente com as mesmas características essenciais da guerra irregular ou insurrecional. O general, na realidade, colaborou com a “fábrica de conceitos”, que produz, em grande parte, ideias novas apenas na aparência (GRAY, 2010).

Isso não significa negar as mudanças na guerra. Não se pode afirmar que as guerras irregulares de hoje sejam exatamente iguais à que os espanhóis empreenderam contra os franceses a partir de 1808. Significa reconhecer que há um cerne imutável de características essenciais, envolvido por um conjunto de outras características que mudam em função dos inúmeros e variáveis contextos em que as guerras são travadas. Como Colin Gray salientou, inspirado em Clausewitz, “contrariamente às realidades eternas e universais da guerra (sua primeira natureza), a natureza subjetiva da guerra (sua segunda) sempre muda, embora em diferentes ritmos em diferentes épocas” (GRAY, 2005, p. 32).

A última vez em que formações blindadas, apoiadas por artilharia e pela força aérea, se opuseram no campo de batalha foi na Guerra do Yom Kippur em 1973. O General Smith (2008, p. 20) destaca o fato de que, desde então, as unidades blindadas ou apoiaram a aplicação da artilharia e do poder aéreo, ou foram empregadas de modo fracionado em apoio à infantaria. Ele conclui que “a utilização do tanque como máquina de guerra organizada em formação, concebida para combater e obter um resultado decisivo, não se verifica há três décadas. Aliás, não é provável que volte a verificar-se, pois as guerras nas quais as formações blindadas poderiam e deveriam ser utilizadas já não são exequíveis”.

Isso pode ser verdadeiro. O uso em larga escala de maciças formações de carros de combate, apoiados por artilharia e pela força aérea, foi eficaz em determinado contexto, improvável de se repetir novamente. Este uso adequou-se a uma determinada natureza subjetiva da guerra, que viveu por algum tempo. Por outro lado, poder de choque, poder de fogo, apoio de fogo e capacidade de manobra relacionam-se mais com a perene primeira natureza da guerra e continuam

tão importantes como antes.

Convém lembrar que o risco da guerra não desaparecerá. As sociedades politicamente organizadas podem sempre motivar-se, por alguma mistura de “medo, honra e interesse”, a decidirem-se pela guerra. Para Gray, a explicação de Tucídides para os motivos que levam os povos à guerra continua tão relevante no século XXI como há 2400 anos. “Estilos particulares de conduzir a guerra aumentam e diminuem, e aumentam de novo, ininterruptamente. O estilo irregular é dominante atualmente, mas não há nisso nenhum valor preditivo a respeito do século XXI em diante” (GRAY, 2010).

Não se pode dar credibilidade à suposição de que não existirão mais guerras entre estados. A história recente não endossa essa suposição, que o digam os iraquianos e georgianos. Além de refletir simplesmente uma opinião, esse suposto fim das guerras é perigoso se vier a influenciar o desenvolvimento doutrinário do Exército Brasileiro.

Não se questiona a competência profissional do general Rupert Smith, nem tampouco sua preocupação com as questões de defesa de seu país. Suas opiniões refletem sua visão eurocêntrica e talvez pudessem ser aplicadas à Inglaterra sem maior prejuízo à defesa dos principais interesses deste país. A Inglaterra, como membro da Aliança Atlântica, conta com o aparato militar da Aliança, particularmente dos EUA, na eventualidade, mesmo que remota, de ameaça estatal. Em último caso, o país pode jogar a carta nuclear, a fim de dissuadir ameaças a seus interesses vitais se, porventura, seus aliados não se dispuserem a defendê-los.

O Brasil, pelo contrário, não conta nem com a proteção de uma aliança militar poderosa, nem muito menos com o poder dissuasivo das armas nucleares. Essas peculiaridades nossas, somadas à crescente inserção brasileira na cena internacional, nos induzem a rejeitar qualquer ideia heterodoxa sobre a organização e o preparo de nossas Forças Armadas. Também não é prudente depositarmos exagerada confiança na nossa legítima opção pelo multilateralismo e pelo poder brando nas relações internacionais. Nada garante que essa opção será sempre capaz de futuramente atender nossos múltiplos interesses, particularmente os de defesa.

Ao Brasil interessa erguer-se como potência regional e ator mundial, constituindo-se em um polo nas relações internacionais. Esse anseio, as peculiaridades de suas condições fisiográficas, de seu ambiente geopolítico, de seus interesses e de sua visão das relações internacionais requerem o desenvolvimento de pensamento próprio de defesa. Devemos desenvolver uma escola de pensamento de defesa atenta ao que se passa no mundo, mas essencialmente brasileira em sua elaboração, talhada sob medida às nossas capacidades, interesses e motivações. Não mais nos convirá movermos ao sabor de conceitos e de ideias desenvolvidas para atender necessidades de defesa que não as nossas.

REFERÊNCIAS

- ASPREY, R. **War in the shadows: guerrilla warfare in history**. Nova York: William Morrow and Company, 1994.
- BEAUFRE, A. **Introdução à estratégia**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.
- BEEHLER, W. H. **The history of Italian-Turkish war**. EUA: The Advertiser-Republican, 1913.
- BOBBITT, P. **A guerra e a paz na história moderna**. São Paulo: Editora Campus, 2003.
- BORGESON, B. Thoughts on Rupert Smith's "Utility of force". **Visions of Empire**, [S.l.], Set. 2009. Disponível em: <<http://visionsofempire.wordpress.com/2009/09/20/thoughts-on-rupert-smiths-utility-of-force/>>. Acesso em: 05 jul. 2013.
- _____. The principles of destruction in irregular warfare: theory and practice. **Small Wars Journal**, Bethesda, Jan. 2012. Não paginado. Disponível em: <<http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/the-principles-of-destruction-in-irregular-warfare-theory-and-practice>>. Acesso em: 03 mar. 2013.
- CLAUSEWITZ, C. V. **On War**. New Jersey: Princenton University Press, 1984.
- DANNATT, R. The land environment moving towards 2018. **Small Wars Journal**, Bethesda, Jul. 2008. Não paginado. Disponível em: <smallwarsjournal.com/blog/general-sir-richard-dannatt-on-moving-towards-2018>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- DEPARTMENT OF DEFENSE (U.S.). **Operation Iraqi Freedom (OIF) U.S. casualty status**. Washington D.C., 2014. Disponível em: <<http://www.defense.gov/news/casualty.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2013.
- FULLER, J. F. C. **A conduta da guerra**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2002.
- GRAY, C. S. **Another bloody century: future warfare**. Londres: Phoenix, 2005.
- _____. War Continuity in Change, and Change in Continuity. **Parameters**, Carlisle PA, Summer 2010. Disponível em: <<http://strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/parameters/articles/2010summer/gray.pdf>>. Acesso em: 16 de jun. 2013.
- LOEFLE, R. **La Guerre Russo-Japonaise**. Paris: Berger-Levrault Editeurs, 1907.
- LUTTWAK, E. Give war a chance. **Foreign Affairs**, Tampa FL, Jul/Ago 1999. Disponível em: <<http://peacelearner.files.wordpress.com/2010/01/edward-luttwak-give-war-a-chance1.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.
- MORGENTHAU, H. J. **Politics among nations**. New York: Alfred A Knopf, 1985.
- NAGL, J. N. **Learning to eat soup with a knife**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- SMITH, Rupert. The Utility of Force: What if War is no Longer What it Used to be? **Montrose Journal**, London, Winter 2005. Não paginado. Disponível em: <<http://www.montroseassociates.biz/article.asp?aid=16>>. Acesso em 12 Ago. 2013.
- _____. Interview with General Rupert Smith. **International Review of the Red Cross**, Geneva, v. 88, n. 864, p. 719-727, dez 06. Disponível em: <http://www.icrc.org/eng/assets/files/other/irrc_864_interview_rupert_smith.pdf>. Acesso em: 05 set. 2013.
- _____. **A Utilidade da Força: A Arte da Guerra no Mundo Moderno**. Portugal: Edições 70, 2008.
- TUNG, M. T. **On guerrilla warfare: Mao Tse Tung Reference Archive**. [S.l.]: MIA, 2000. Não paginado. Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/archive/mao/works/1937/guerrilla-warfare/>>. Acesso em: 08 jun. 2013. Publicado originalmente em 1937.
- UPPSALA UNIVERSITET. **UDCP conflict encyclopedia**. Uppsala, [2013]. Disponível em: <<http://www.pcr.uu.se/research/UCDP/>>. Acesso em: 06 ago. 2013.
- VACCA, A.; DAVIDSON, M. The regularity of irregular warfare. **Parameters**, Carlisle, CA, p. 18-28, spring 2011. Não paginado. Disponível em: <<http://strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/parameters/Articles/2011spring/Vacca-Davidson.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2013.

Recebido em 22 de outubro de 2013
Aprovado em 10 de abril de 2014